

CAMPUS

Na contramão

Levantamento do Campus mostra que cesárias atingiram recorde no DF, apesar de toda a campanha de conscientização sobre o parto normal

CARTA AO LEITOR

Problemas na área social têm sido pauta recorrente do **Campus**, o quase cinquentenário jornal-universitário da UnB. Só para se ficar em exemplos da última década, o **Campus** se debruçou sobre a fome no Distrito Federal, mostrou a morte por falta de atendimento hospitalar no Entorno, denunciou escolas que rechaçam crianças com autismo e quantificou a violência doméstica praticada por policiais militares. O jornal também focou minorias, revelando índices assustadores de morte de indígenas por desnutrição, risco de contaminação de quilombolas e preconceito contra homossexuais.

Nesta nova edição, a tradição de apego pela área social é mantida. A matéria principal da edição mostra que, apesar de todo o estímulo ao parto normal por meio de pesquisas e campanhas, o índice de cesárias no DF está crescendo. As demais reportagens da edição se dedicam a polêmicas recentes envolvendo a educação, ao medo da vacina contra a febre amarela e ao esvaziamento de quadras comerciais.

Boa leitura!

OMBUDSKIVINA

Na edição anterior do jornal, o **Campus** trouxe cinco matérias que trataram de assuntos relevantes para a sociedade. A matéria “Não é só hospital que falta” abriu o jornal com problemas relacionados à saúde pública, uma questão abordada pelo jornal há anos. Já se sabe que poucas equipes ou unidades de saúde trabalham efetivamente no DF, mas a matéria enriquece o assunto trazendo novas informações como o custo diário de uma internação hospitalar, o de um atendimento domiciliar e de um projeto universitário. Da mesma forma, a matéria “Votos sem retorno” também soube destrinchar e explicar de forma minuciosa os dados apresentados sobre os investimentos que os distritais destinam às cidades que os elegeram.

A matéria “Cedo e desigual” traz alguns problemas que poderiam ter sido evitados. A pauta é legítima e justifica a sua escolha

para a capa, pois os casamentos em que as noivas ainda são menores de idade implicam graves consequências nas relações sociais. Sendo assim, as estatísticas e dados apresentados mereciam mais atenção. Algumas pesquisas apresentadas tratam de uniões formais e informais, o que não ficou claro na matéria. A observação de que o número de casamentos com menores de idade é ainda maior quando se contam as uniões informais é óbvia, mas é uma informação necessária para contextualizar o leitor.

Perde-se mais uma vez em clareza e objetividade na matéria “Ativismo em crescimento”. Em assuntos de extrema importância social como esse, a linguagem acadêmica e os termos de militância prejudicam o entendimento das pessoas com pouco acesso à informação e as que têm dificuldade com termos específicos, e talvez elas sejam as que mais precisam conhecer o tema.

É o termo que significa “provedor de justiça”. Ele discute a produção dos jornalistas a partir da perspectiva do leitor.

O jornalismo deve escrever para o maior número de pessoas possível.

A matéria “De onde veio” é a que tem os prejuízos mais graves de apuração. Se o objetivo era falar sobre designers brasileiros que contestam a moda com projetos alternativos, deixou a desejar. Quando se fala em valorização da economia local, não há sequer um caso que a comprove. Da mesma forma, não se tem comprovações quando citam o respeito aos direitos trabalhistas, a igualdade de gênero e a prevenção do trabalho infantil durante o processo produtivo. Valdirene Martins, a costureira da marca Bruma que foi fotografada para a matéria, não foi entrevistada e o único ponto de vista que se tem é o do empregador. Além disso, os dois consumidores entrevistados para a matéria são estudantes do mesmo local em que o **Campus** é produzido e têm opiniões praticamente iguais. Não há problema nisso, mas

com muitos outros consumidores, escolher o mais próximo demonstra pobreza de apuração e põe em xeque a credibilidade do jornal.

Por último, deve-se ter em mente que o jornalismo é um lugar de conflito de ideias e, como Eugenio Bucci (2000) diz, “caso não exista, um alarme deve soar”. O jornal não é feito apenas com os pontos de vista semelhantes aos do repórter, tampouco com os amigos reafirmando suas convicções. O **Campus** é um espaço privilegiado na apuração com a autonomia de um jornal universitário e, quando isso não é aproveitado, não há conflito e todos saem perdendo.

BUCCI, Eugenio. Sobre ética e imprensa. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Por Milena Marra
miilenamarra@gmail.com

MEMÓRIA

Na edição 416, de outubro de 2014, o **Campus** dedicou sua manchete para o problema do uso de medicamento ilegal para a realização do aborto. O Cytotec, medicamento que chegara ao Brasil em 1984 e estava proibido havia 10, seguia sendo um dos principais usados para fazer aborto no país. A reportagem de Beatriz Patarro e Jamile Racanicci citava pesquisa da UnB segundo a qual 48% dos abortos feitos no país eram realizados por meio do uso de remédios, prática que implica grandes riscos à saúde da mulher.

O PREÇO DO ABORTO

Há 30 anos no Brasil e com quase uma década de ilegalidade, Cytotec continua um dos métodos abortivos mais populares

Beatriz Patarro
Jamilé Racanicci

A pesquisa feita em Brasília em 2014, revelou que 48% dos abortos feitos no país eram realizados por meio do uso de remédios, prática que implica grandes riscos à saúde da mulher.

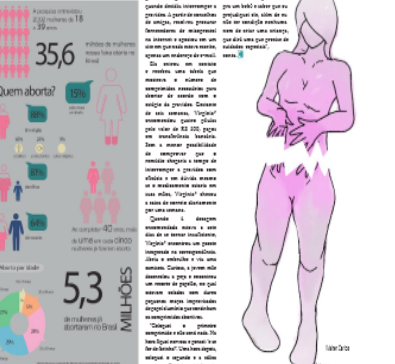


Prostokol

Quem aborta?

356 mil mulheres abortaram em 2013

53 milhões de mulheres em idade fértil no Brasil



356 mil mulheres abortaram em 2013

53 milhões de mulheres em idade fértil no Brasil

EXPEDIENTE

Repórteres:
Ana Clara Alves
Ana Clara Cabeceira
André Ferreira
Brenda Silva
Fernanda Soares
Gabriel Ponte
Jamile Vasconcellos
Joana Barros Diniz
Lorranny Castro
Marisa Wanzeller

Fotografia:
Lorranny Castro

Projeto Gráfico:
Michael Rios e Thallita Essi

Professor: Solano Nascimento
Gráfica: Coronário
Tiragem: 3.000

Endereço eletrônico: <https://issuu.com/campusunb/nascimento@unb.br>

Jornal-laboratório da
Faculdade de Comunicação da
Universidade de Brasília (UnB)

A nova revolta da vacina

Notícias e boatos espalhados em redes sociais levam algumas pessoas a evitarem proteção contra a febre amarela

Por Marisa Wanzeller, Joana Barros Diniz e Brenda Silva

No dia 13 de abril de 1904, o centro do Rio de Janeiro foi tomado por estudantes e outros rebeldes que enfrentaram tropas do governo em um embate que deixou três dezenas de mortos. O episódio, conhecido como Revolta da Vacina, era uma reação à campanha, coordenada pelo sanitarista Oswaldo Cruz, de imunização obrigatória contra a varíola. Agora, mais de um século depois, uma espécie de revolta silenciosa se espalha no boca-a-boca e por redes sociais fazendo com que parte da população tenha medo de se vacinar contra a febre amarela.

A moradora de Sobradinho Cléia Cruz, de 34 anos, esteve no mês passado no Centro de Saúde 1 daquela satélite demonstrando preocupação com os rumores que ouviu sobre possíveis efeitos colaterais da vacina. Ela contou que tomou a vacina no ano passado e, um mês depois, descobriu que estava grávida e ficou aflita. “Agora minha bebê está com quatro meses e eu não pretendo trazê-la para se vacinar contra a febre amarela, tenho medo de como o organismo dela pode reagir”, diz Cruz. Outras pessoas foram ao centro de saúde com preocupações semelhantes. De acordo com o técnico de enfermagem Janielson Medeiros, da equipe do posto, a procura pela vacina diminuiu após notícias relacionando mortes à imunização.

O mais grave efeito adverso da vacina, que realmente pode levar à morte, é a Doença Viscerotrópica Aguda (DVA). Semelhante à própria febre amarela, ela ocorre porque a vacina é produzida com o vírus da doença, ainda que atenuado. No entanto, segundo a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) – que leva o nome justamente do famoso sanitarista –, a incidência da DVA é de um caso a cada 450 mil aplicações da vacina, o que equivale a um risco de 0,0002%. Para efeito de comparação, no ano passado 35% das pessoas que contraíram febre amarela no Brasil morreram.

Apesar dos boatos e das notícias, muitas pessoas seguem sem medo da imunização. “Eu confio na vacina, é importante se proteger”, diz a professora Berenice da Silva, de 55 anos, que frequenta o Centro de Saúde 6, de Ceilândia. O bombeiro Cleiton de Abreu procurou o Centro de Saúde 2 do Núcleo Bandeirante para que a família se vacinasse. Para ele, o receio à vacina não tem base real. “Isso é psicológico”, afirma.

Foto: Lorrany Castro



Reação adversa severa da vacina ocorre em apenas 0,0002% das aplicações, segundo Fiocruz



Foto: Lorrany Castro

Imunização é segura e eficaz, diz especialista

Por Lorrany Castro

Campus - Faz sentido, cientificamente, o medo da vacina da febre amarela?

Não. A vacina da febre amarela é muito antiga, foi trazida para o Brasil em 1937 e já salvou milhares de vidas. É muito segura e eficaz, mas não é 100%. Praticamente uma em um milhão pode apresentar algum risco grave e, geralmente, só acontece na primeira dose. Em geral, as pessoas que receberam a vacina podem sentir algum mal estar, como dor de cabeça ou enjoo. De toda forma, não há outra maneira de prevenir a febre amarela com tanta eficácia. Contudo, existem alguns critérios que precisam ser respeitados pela pessoa que aplica a vacina, por exemplo: pessoas com câncer ou doenças que levam à imunoproteção (HIV, Aids, etc) não podem tomar as vacinas, pessoas que têm alergia à proteína do ovo também não; crianças menores de seis anos também não podem ser vacinadas. Enfim, existem algumas contraindicações que precisam ser respeitadas.

Campus - Você acredita que existe alguma

relação entre o espalhar do medo da vacina e a internet?

Na verdade existe um movimento anti-vacina criado por um médico inglês há um certo tempo, que relacionou a aplicação da vacina tríplice viral ao autismo e espalhou essa ideia pelo mundo. Além disso existe um movimento de jovens que são contra as vacinas. Mas, na área da saúde, as vacinas têm apresentado grande eficácia, erradicando doenças pelo mundo todo. Outro fato é que não existe vacina suficiente pra todo mundo, portanto, a Organização Mundial da Saúde (OMS) tem tomado algumas medidas para dar conta de toda a demanda. Uma das medidas é o fracionamento da dose em um quinto, mas

ainda não se sabe se a eficácia é a mesma que a da dose normal, isso ainda está sendo pesquisado. Outra medida é o fato de não ser necessário repetir a vacinação a cada dez anos, e existem várias opiniões sobre a medida. Eu, pessoalmente, sou contra a não aplicação da vacina depois de dez anos porque existem trabalhos que mostram uma grande queda dos anticorpos protetores a partir de oito anos após a vacina.

O professor e pesquisador Pedro Tauil é um velho conhecedor de mosquitos e vacinas. Dirigiu a Divisão de Saúde do Ministério da Saúde de 1976 a 1979 e o Departamento de Erradicação e Controle de Endemias da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública do Ministério da Saúde de 1979 a 1985. Professor colaborador da Faculdade de Medicina e da pós-graduação em Medicina Tropical da UnB, ele faz defesa enfática da vacina contra a febre amarela.

Pior que há uma década

Índice de cesarianas chega a 55% de todos os partos realizados no DF. Especialistas atribuem a preferência por essas cirurgias a raízes culturais e resistência de equipes médicas

Por **Lorranny Castro**

Foto: Lorranny Castro



A Casa de Parto de São Sebastião só tem enfermeiras obstetras e realiza mais de 30 partos normais a cada mês.

O que você imagina ao pensar em um parto? Ao imaginar a cena, pode-se visualizar imagens que vão de uma parteira com água quente na panela a um centro cirúrgico ou a uma banheira na sala de casa. Em um ano, mais de 40 mil novas vidas nascem no Distrito Federal, e um levantamento inédito feito pelo **Campus** mostra que a maior parte desses nascimentos acontece por parto cirúrgico. Transformados em índices, os números do Datasus, o banco de dados do Ministério da Saúde, mostram que 55% de todos os partos realizados no DF em 2016 – o último ano já disponível – foram cesáreas. O percentual máximo recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) é de até 15%.

Em dez anos, o número de nascidos vivos se manteve estável no DF, mas o percentual de cesarianas aumentou apesar de todas as campanhas de conscientização sobre a importância e os benefícios do parto normal. Em 2007, 52% dos partos na capital foram cesarianas. O índice caiu para 51% no ano seguinte, depois voltou e se manteve em 52% até 2010. Em 2011, as cesarianas representaram 53% do total. Nos dois anos seguintes, o índice passou para 54%, e a partir de 2014 atingiu o patamar dos 55%, definindo o recorde da década.

Quando foi criada, em 700 a.C, a cesárea acontecia somente em mulheres já mortas, pois o procedimento era feito exclusivamente para tentar retirar bebês ainda com vida do útero de quem já morreu. Sendo assim, quem nascia dessa forma era chamado (a) de Cesões ou Césares, daí o nome da cirurgia conhecida hoje como cesariana ou parto cesáreo. Atualmente, tal via de parto se sobressai no Brasil, sendo maioria em 16 estados brasileiros e no Distrito Federal, deixando de ser somente um recurso de emergência para problemas durante o trabalho de parto e passando a ser uma rotina na vida de mulheres gestantes e seus filhos e na vida de equipes médicas e de enfermagem.

As hipóteses para a grande recorrência ao procedimento cirúrgico no Brasil são muitas. Uma é

a questão cultural, como afirma Daphne Rattner, médica e professora do Departamento de Saúde Coletiva da Universidade de Brasília (UnB). “A gente evoluiu para um modelo centrado no médico, e com médico se tem uma cultura diferente. Eles são treinados pra fazer diagnóstico e tratamento. Na cultura médica, dor é sintoma de algo que está errado e precisa ser reduzida. Ou seja, com essa visão, o número de intervenções aumentou.” Rattner também é presidenta da Rede pela Humanização do Parto e Nascimento (ReHuNa) e acredita que mudanças culturais na área profissional da gestação e do nascimento podem ser benéficas para a assistência ao parto. “Existem dois níveis de mudança da cultura: o primeiro é com quem já está trabalhando e o outro é um novo processo de formação”, diz. “Faltam profissionais que enxerguem que a gravidez não é doença e que parto não é procedimento cirúrgico, que respeitem a fisiologia, que entendam que dores podem ser bons sinais e significam que o trabalho de parto está começando - isso é ótimo. Enfim, tudo isso é uma cultura diferente que a gente perdeu, então neste momento o Brasil precisa de uma reorientação do modelo de assistência ao parto, que felizmente tem feito parte da política pública.”

Segundo a coordenadora de Ginecologia e Obstetrícia do Distrito Federal, Marta de Betânia, uma hipótese para o alto número de cesarianas realizadas no Distrito Federal é a grande demanda por partos vinda do Entorno. “Houve aumento, sim, porque as pessoas têm mais acesso aos serviços de saúde, porque melhoraram as estruturas dos serviços”, diz. Uma certa resistência das equipes de saúde também existe, segundo a coordenadora de Ginecologia e Obstetrícia do DF. “A gente tem programado cursos de capacitação e de boas práticas de parto e nascimento porque um obstetra que foi treinado há 20 anos é diferente do residente que está saindo agora, não se falava em questão de parto humanizado há 10 anos”, diz. “Existe uma resistência de um percentual da equipe médica, aqueles que não viveram essa época durante a sua residência médica. Mas isso não impede que a pessoa possa se atualizar e se capacitar”, comenta.

Em 2015, a Organização Mundial da Saúde (OMS) publicou a Declaração da OMS Sobre Taxas de Cesáreas. O documento afirma que “não existem evidências de que fazer cesáreas em mulheres ou bebês que não necessitem dessa cirurgia traga benefícios.” E conclui: “Assim como qualquer cirurgia, uma cesárea acarreta riscos imediatos e a longo prazo. Esses riscos podem se estender muitos anos depois de o parto ter ocorrido e afetar a saúde da mulher e do seu filho, podendo também comprometer futuras gestações.” Dessa forma, a preocupação com as indicações de cesáreas está presente em documentos da OMS que tratam de boas práticas de parto e nascimento, reforçando o caráter de que é fundamental que a prática não se distancie da sua função original: salvar vidas quando necessário. “Os esforços devem se concentrar em garantir que cesáreas se feitas nos casos em que são necessárias, em vez de buscar atingir uma taxa específica de cesáreas”, diz a OMS.

Ética médica

Em março, a Resolução 144/2016 do Conselho Federal de Medicina (CFM) completou dois anos. A resolução é conhecida principalmente por definir que, em situações normais e sem riscos, as cesarianas a pedido das gestantes só sejam executadas a partir da 39ª semana de gestação. Ainda assim, a resolução diz que a autonomia profissional do médico prevalecerá em caso de discordância da escolha feita pela mulher: “É ético o médico realizar a cesariana a pedido, e se houver discordância entre a decisão médica e a vontade da gestante, o médico poderá alegar o seu direito de autonomia profissional e, nesses casos, referenciar a gestante a outro profissional”. Além disso, ao optar pela cesariana, a mulher precisa assinar um termo de consentimento que comprove sua ciência dos riscos e benefícios do procedimento. “A ecografia tem margem de erro tanto pra mais quanto pra menos, então às vezes se engana no tempo e o bebê nasce com desconforto respiratório, o que pode gerar infecções”, diz Marta Betânia.

O desejo da mulher sobre a sua via de parto é algo que pode ser manifestado no Plano de Parto, que é um documento de registro prévio das vontades e restrições estabelecidas pela gestante. O documento precisa constar no prontuário da parturiente e, dessa forma, visa protegê-la de procedimentos ou situações sem o seu consentimento. Segundo a coordenadora de Ginecologia e Obstetrícia, os profissionais da rede pública são orientados a não dar muitas certezas sobre a via de parto de cada gestante. “Os pré-natalistas recebem a orientação de que precisam orientar as pacientes sobre as vias de parto, informando que só será possível definir que ela tenha uma cesárea no momento em que ela entrar em trabalho de parto, com exceção das gestantes que desenvolvem patologias obstétricas durante a gestação ou já possuem patologias que vão se agravar com a gestação”, explica.

Motivações distintas levam mulheres a fazer a opção pelo tipo de parto. “Minha preferência pelo parto cesárea foi desde mais nova, mas não descarto o parto normal. Estou medrosa com a dor, penso que não vou dar conta, mas estou fazendo exercícios físicos que ajudam muito nesse processo”, conta a professora Liana dos Santos, de 29 anos, que está na 26ª semana de gravidez. “Nunca achei que tenho preparo psicológico pra

Ano	Partos normais	Partos cesáreas	Ignorados	Total de partos	Índice de cesáreas (em %)
2007	21.227	22.819	52	44.098	52
2008	21.314	22.703	156	44.173	51
2009	21.047	22.770	115	43.932	52
2010	21.221	22.990	40	44.251	52
2011	20.443	22.840	182	43.465	53
2012	19.941	23.346	210	43.497	54
2013	20.121	24.245	164	44.530	54
2014	19.988	24.632	101	44.721	55
2015	20.743	25.293	86	46.122	55
2016	19.454	23.866	7	43.327	55

Fonte: Datasus

um parto normal.” Já Lara Silvério, que também está grávida em sua primeira gestação, conta outra história. “Eu sempre tive preferência pelo parto normal e decidi que, pra mim, essa seria a melhor experiência por diversos motivos, como recuperação pós-parto quase imediata e possibilidade de acompanhamento do marido durante o trabalho de parto”, diz. Lara é jornalista e acredita que o assunto ainda é um tabu: “Apesar de todos os benefícios, ainda vejo muita desinformação a respeito do assunto, me sinto um pouco julgada e vista como esquisita quando falo que quero ter um parto normal”. A médica Nathália Ber-

nardes conta que é uma das poucas de sua família que optou pelo parto vaginal. “Na minha família, a última mulher que teve parto normal antes de mim foi minha avó. Minha mãe, minhas tias e minhas primas tiveram cesarianas”, recorda. Bernardes está esperando a sua segunda filha e relata que o nascimento da primeira foi uma experiência muito boa, “Não foi rápido, foram 16 horas de trabalho de parto, as contrações eram muito intensas e sem muito intervalo, mas foi uma das melhores experiências da minha vida porque, apesar de ter sido hospitalar, foi um parto humanizadíssimo.”

Onde médicos não entram

Por Lorrany Castro

Ao se entrar, um recado na parede: “Para mudar o mundo, primeiro é preciso mudar a forma de nascer”. A frase famosa de Michel Odent representa apenas as boas-vindas ao interior da Casa de Parto de São Sebastião, um lugar sem médicos. Lá acontecem somente partos vaginais, mais de 30 ao mês. Trata-se de um Centro de Parto Normal, ambiente criado a fim de prestar atendimento à mulher e ao recém-nascido no momento do parto e do nascimento, como consta na Portaria 11, de 7 de janeiro de 2015, do Ministério da Saúde. No Distrito Federal, é o único centro e já existe desde 2001, mesmo antes da portaria, quando foi aberto com equipe médica. A partir de 2009, se tornou um local que conta apenas com uma equipe de enfermeiras obstetras, sem qualquer presença médica, ou seja, sem possibilidades de parto cirúrgico.

São Sebastião foi o local escolhido para sediar o Centro de Parto Normal porque a região leste do DF já possuía uma grande demanda de atendimento obstétrico em 2001, conta a chefe do núcleo de enfermagem, Clarice Maciel. Em 2014 foi determinado em portaria que somente mulheres da região podem parir na Casa de Parto, ou seja, apenas residentes em São Sebastião, Paranoá, Itapuã, Jardim Mangueiral e Jardim Botânico.

Para parir na Casa de Parto também é necessário se enquadrar no protocolo do local, que

ditava vários critérios para entrada e permanência da gestante. Caso não se enquadre, a mulher é transferida para o hospital referência mais próximo, o Hospital Regional do Paranoá. Maciel detalha o protocolo: “Precisa ter um pré-natal bem feito e bem acompanhado, com exames registrados; a mulher não pode ter cesarianas ou cirurgias uterinas anteriores; precisa entrar em trabalho de parto espontâneo - nós não fazemos indução; o trabalho de parto precisa ser espontâneo e a termo, que é aquele iniciado entre 37 e 41 semanas (de gestação); tem que ser um bebê que esteja em apresentação fisiológica cefálica e tem que ser residente da região leste.”

Para quem pretende parir na Casa de Parto de São Sebastião, é oferecida semanalmente uma formação que explica a fisiologia do parto, dá recomendações de saúde e atenção às gestantes e detalha o funcionamento do local. Chamada de Reunião com Gestantes e Acompanhantes de Terceiro Trimestre, a roda também promove um tour pelo espaço da Casa de Parto, explicando melhor suas estruturas. Leydiane de Almeida, que está grávida de 37 semanas, esteve em uma dessas formações. Ela conta que espera pela terceira filha e que se sente segura em parir no local. “Meus partos geralmente são bem rápidos, estou ansiosa pra terceira nascer logo”, diz.

O diferencial da Casa de Parto para as maternidades hospitalares, segundo Ma-

ciel, está nas possibilidades que o local tem de executar boas práticas. “A gente tem um ambiente que favorece. Temos uma equipe pequena, mas o setor também é pequeno”, diz ela. “Temos quatro quartos PPPs (Pré-parto, parto e pós-parto), então a mulher realmente fica ali num ambiente só dela durante todos os períodos, temos todas as possibilidades de entrada de alimentação e do acompanhante, além da permanência desse acompanhante o tempo todo - o que, às vezes, a estrutura do hospital não permite.”

A boa estrutura, contudo, não é pré-requisito para práticas humanizadas ao nascimento e parto, lembra Maciel. “A humanização é intrínseca das pessoas e do serviço, aqui na Casa de Parto a gente tem condições de favorecer isso, mas a prática em si depende do profissional, tudo é possível em qualquer lugar.” Para ela, é necessário o parto ser visto como um processo fisiológico da mulher. “A mulher pariu desde que o mundo é mundo, obviamente a tecnologia veio pra ajudar, então existem mulheres que, sim, precisam de uma cesariana, muitas vezes é de urgência e é pra salvar vidas mesmo, mas o Brasil é o campeão mundial de cesáreas”, diz. “Importante também é devolver pra mulher esse direito de escolha, porque muitas mulheres querem o parto normal e não conseguem, então elas precisam saber que têm essa possibilidade.”(LC).

Quadras quase fantasmas

No ano passado, a cada dia duas lojas fecharam as portas no DF. A situação melhorou em relação a 2016, mas ainda preocupa.

Por Jamile Vasconcelos e Fernanda Soares

Foto: Lorrany Castro



Na quadra comercial da 113 Norte, há duas dezenas de lojas desocupadas

Lojas vazias, placas de “aluga-se” e baixo movimento já são características comuns em áreas comerciais do Distrito Federal. Na quadra comercial da 113 Norte, por exemplo, há duas dezenas de lojas fechadas. No Vitrinni Shopping, de Águas Claras, 56 das 165 lojas estão desocupadas.

Não se trata de exceções. De acordo com a Confederação Nacional do Comércio (CNC), no ano de 2018 o DF foi a oitava unidade da federação com mais lojas fechadas. A comparação entre o número de estabelecimentos abertos e fechados mostra que o DF acabou o ano com 664 lojas a menos que tinha em janeiro. Ainda que a queda tenha diminuído - em 2016 o déficit ficou em 2.356 estabelecimentos -, o número mostra que houve quase duas lojas fechando por dia no DF.

Luana Freitas, 25 anos, atendente da empresa de informática ConserTEX, localizada no bloco C da 113, tem uma explicação para as portas fechadas. “Poucas pessoas querem alugar por causa do preço, que é muito alto.”

A chocolateria Cacau Show é uma das três

únicas lojas que continuam abertas no bloco B da 113. “As lojas aqui do bloco fecharam há cerca de sete meses”, lembra Antônio Felipe, 21 anos, atendente da chocolateria.

Para os moradores, os preços altos são o motivo principal da queda do movimento e, por consequência, do fechamento de lojas na quadra. Para economizar, muitos preferem fazer compras em locais mais distantes de casa. “Essas lojas aqui da comercial sempre colocam o preço lá em cima, aí ninguém compra”, reclama Rafael Soares, 31 anos, morador da 113 norte.

Eliza Veloso, 47 anos, moradora da 114 Norte, também se queixa dos preços. “As únicas lojas que frequento aqui na comercial são a padaria e a farmácia, devido à proximidade de casa. Para qualquer outra coisa, prefiro pegar o carro e procurar lugares que tenham o preço mais em conta”, afirma.

Shopping

Em Águas Claras, salas comerciais sustentando altas torres residenciais são bastante comuns. Os moradores têm acesso fácil e rápido a supermerca-

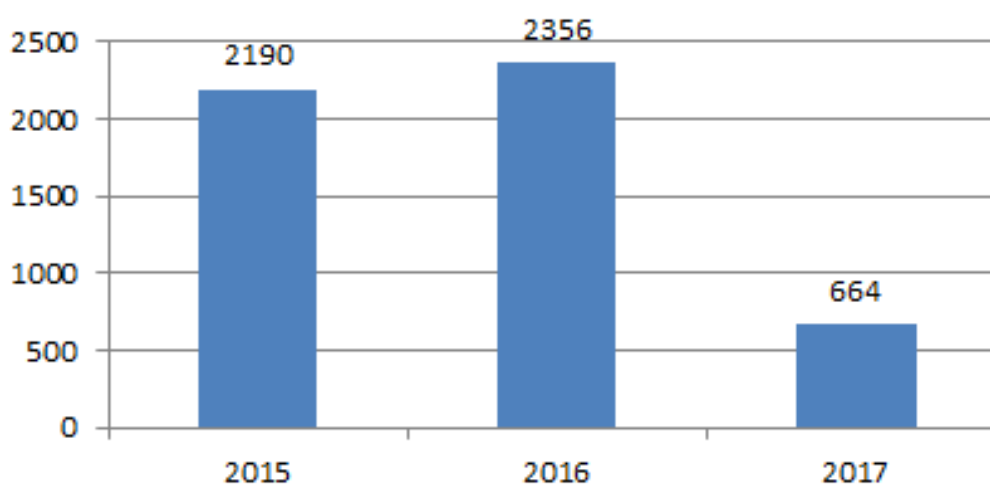
dos, farmácias, academias e às mais diferentes lojas. O Vitrinni Shopping, que ocupa todo um quarteirão entre as avenidas Castanheiras e Boulevard, foi uma tentativa de ampliar essa ideia, oferecendo 165 lojas, divididas em dois pisos e espaço externo, abaixo de duas torres de apartamentos.

Um terço dessas lojas estão fechadas, e as que estão ocupadas também sofrem com a falta de movimento. “Tem muita mudança de lojas durante o ano”, informa Edmar Crescêncio, de 48 anos, técnico de serviços gerais do Vitrinni Shopping. “Geralmente as lojas não ficam muito tempo sem serem alugadas, mas algumas da praça de alimentação nunca foram nem reformadas.” O corretor de imóveis Renato Resende, 44, possui três lojas no complexo que não são alugadas há mais de um ano.

Para o segurança Kenys Rodrigues, de 43 anos, o fato de as lojas precisarem ser preparadas para ser ocupadas, com reformas, é uma dificuldade adicional. “Há muita gente interessada, mas quando as pessoas veem que têm que começar do chão, desistem”, afirma.

TRIÊNIO DA CRISE

Os números se referem ao saldo de lojas comerciais no DF. Ou seja, o total das que fecharam menos o total das que abriram, de acordo com Fecomércio/DF.



Fonte: Fecomércio/DF

Polêmico retorno

Recriação da disciplina moral e cívica na rede de ensino do DF divide comunidade acadêmica. Defensores falam em nacionalismo; opositores, em retrocesso

Por **Ana Clara Alves, André Ferreira e Gabriel Ponte**

O possível retorno de Educação Moral e Cívica ao currículo de escolas do Distrito Federal tem suscitado grande debate entre professores, pais de alunos e estudantes. O **Campus** visitou escolas de diferentes pontos do DF e encontrou uma comunidade escolar dividida sobre o assunto. O principal argumento favorável à disciplina é o reforço ao patriotismo. O contrário, que se trata do resgate de algo da ditadura militar. As conversas indicaram que a maior resistência ocorre entre professores.

A discussão aumentou depois que o Diário Oficial do DF publicou, no dia 9 de março, a lei que inclui a disciplina no currículo. De autoria de Raimundo Ribeiro (PPS), a lei havia sido aprovada pela Câmara Legislativa, mas vetada pelo governador Rodrigo Rollemberg (PSB). A Câmara derrubou o veto, e passou a correr o prazo de 120 dias para que o governo distrital regulamente a lei. O embate ainda não terminou, e o governo decidiu recorrer à Justiça contra a lei com o argumento de que o Legislativo não pode definir disciplinas curriculares. Pela previsão, estudantes terão em Moral e Cívica tópicos como a história da bandeira e do hino nacionais.

Para o advogado Rafael Funayama, 38, pai de uma estudante do Centro Educacional Sigma, na Asa Norte, não há motivo para apreensão. “O nome da matéria remete aos tempos do regime militar. No entanto, não acredito que a ideia seja de retorno a um passado negro”. Já para o advogado e administrador de empresas Francisco Andrade, 61, também pai de uma aluna da instituição, as marcas do período militar não saíram da disciplina. “Vivenciei essa época, entendo o desconforto do público em relação ao tópico. As pessoas observam a disciplina com uma carga negativa.”

Danilo Resende, 17, estudante do ensino médio da escola, vê a matéria com otimismo. “A maioria das pessoas não possui um sentimento nacionalista. Assim, vejo o projeto como uma boa iniciativa”, diz. Carol Canellas, 17, também aluna do ensino médio, discorda: “Acho estranho uma matéria como essa ser introduzida na grade curricular depois de tanto tempo”. Josino Nery, 55, professor de gramática do Sigma, faz uma análise do ponto de vista pedagógico. “O tema visa tangenciar diversas áreas do conhecimento, como história, geografia, sociologia. No entanto, essa abordagem é pobre, imprecisa”, defende o docente. A percepção de Josino sobre o tema também é compartilhada por

Foto: Lorrany Castro



Alunos poderão ter conteúdos que envolvem a história dos símbolos nacionais

“Não há viés ideológico”, diz autor da lei

Por **Lorrany Castro**

Campus - Quais foram as inspirações e motivações para a criação da Lei 6.122/2018?

A principal inspiração veio dos conflitos que existem hoje na sociedade. Infelizmente existem várias situações de violência, como alunos agredindo professores, vandalismos e até tentativas homicidas. Existe uma falta de compreensão das gerações. Nesse sentido, é necessária uma formação voltada para o respeito humano porque os atos violentos demonstram que não há compreensão do valor da vida, da solidariedade e da fraternidade. Acredito que tudo isso pode ser estimulado com uma disciplina que se volte para relações humanas, uma disciplina que ensine o sentimento de cooperação, solidariedade, tolerância e respeito.

Campus- A disciplina de Educação Moral e Cívica ficou marcada por ter sido estudada durante regimes autoritários/ditatoriais, como durante os governos de Getúlio Vargas e de Costa e Silva. O que o senhor acha dessa relação?

A primeira experiência com essa disciplina foi em 1969, mas ela tinha o nome de Estudos Sociais. Num passado mais recente os militares que detinham o poder político deram maior ênfase à valorização dos símbolos nacionais, etc. E, junto de outras práticas, eles utilizaram esse momento como doutrinação, mas essa foi apenas uma das etapas da educação moral e cívica. Por má fé, algumas pessoas dizem que essa disciplina passou a existir durante o regime militar, mas não foi. Ela não foi uma disciplina utilizada de forma adequada, sim, mas isso não a invalida, é preciso apenas corrigir o foco. Infelizmente as pessoas passam informações que são meias verdades e elas acabam se tornando meias mentiras, mas longe de mim qualquer ideia que corrobore com o regime de recessão. Não há nenhum viés ideológico na minha proposta.

“O deputado distrital Raimundo Ribeiro (PPS) falou ao **Campus** sobre a nova disciplina”

Carlos França, 63, docente de história. “A matéria é um equívoco. O conceito dos anos 70 acerca do tema mudou. O deputado não compreende o assunto.”

No Colégio Paulo Freire, na quadra 410 Norte, o professor de Artes Luiz Olivieri, 38 anos, faz críticas. “Essa lei reflete o pensamento conservador que vem ganhando força”, diz. “Essas aulas não vão diminuir a possibilidade de uma pessoa cometer um ato ilícito.”

Maria Betânia Alves, 45 anos, mãe de Mariana Oliveira, aluna do Centro de Ensino Fundamental 07 (CEF 07) de Ceilândia, conta que teve a matéria na sua época escolar e acha importante que a filha tenha o mesmo conteúdo, saiba de elementos que a torne mais nacionalista, “Com a retirada da matéria, as crianças ficaram sem referencial”. Mariana, de 11 anos, fala de seu interesse por estudar sobre o país e conta que já fez um pequeno trabalho sobre os principais símbolos da República. “Pesquisei o conceito de república e de federação. Gostei do trabalho e por isso sou a favor da inclusão (da disciplina)”, diz.

Já Michelle Bandeira, 15 anos, aluna do Colégio Sagrado Coração de Maria também em Ceilândia, vê a disciplina como um retrocesso e a acha desnecessária. “Fez parte de um passado que não foi tão positivo”. O pai de outro aluno, que não quis se identificar, se mostrou indignado com a Câmara Legislativa por ter derrubado o veto do governador e acha que o básico sobre o país já é ensinado nas disciplinas de história e sociologia. “Cabe a cada aluno decidir, por seu próprio julgamento, se vai ser nacionalista ou não, ou como irá se portar diante da sociedade. Não é necessária uma matéria para mostrar que o cidadão deve ter amor ao seu país.”

“Tratemos crianças e adolescentes com dignidade”

Por Ana Clara Cabeceira

Foto: Lorrany Castro

Depois de muito tempo em que o debate sobre educação estava mais ligado a índices de desempenho e a recursos a serem aplicados, nos anos mais recentes o conteúdo ensinado dentro de salas de aula passou a ser um dos principais itens da discussão. Os embates foram desde a proposta apelidada de “escola sem partido” até a inclusão de disciplinas em universidades cujos títulos fazem referência ao “golpe” de 2016. Entraram na agenda também a discussão da antecipação da alfabetização, a reforma do ensino médio e, por último, a recriação no Distrito Federal da disciplina Educação Moral e Cívica. Pedro Gontijo teve contato com educação em diferentes níveis. Foi durante 10 anos professor da rede pública no DF e pesquisou a educação em seu mestrado na UnB e doutorado na Universidade de Campinas. Hoje professor e pesquisador do Departamento de Filosofia da UnB, ele aborda nesta entrevista alguns dos temas em discussão.

Campus - O aumento da carga horária de ensino é uma boa saída no Brasil?

Disponibilizar aos estudantes brasileiros de ensino médio e também de ensino fundamental mais horas de escola envolvendo conjunto de atividades diferenciadas pode ser algo interessante. Mais do que escola em tempo integral, eu prefiro o conceito de comunidade educativa ou de cidade educadora. Nesse contexto, perto de onde as crianças e adolescentes residem poderia ser oferecido acesso a diferentes bens culturais, como escola, biblioteca, teatro, centro olímpico, acesso a escolas de língua estrangeira moderna e outras opções de formação. A ideia de escola em tempo integral pode ser uma saída, contanto que a escola possua profissionais qualificados em número suficiente, equipamentos e instalações adequadas.

Campus - Qual seu posicionamento sobre a divisão das matérias em obrigatórias e opcionais?

Se quisermos que os estudantes se desenvolvam aprendendo a assumir responsabilidades, eles precisam aprender a fazer escolhas com responsabilidade, exercendo algum nível de protagonismo. Se a escola oferece o repertório de possibilidades para que o estudante exerça essa aprendizagem, de escolher e arcar com as consequências da escolha em termos de definição de áreas de conhecimento em que se aprofundará, a ideia em si me parece muito interessante. Entretanto, precisa-se verificar o conteúdo oferecido de maneira obrigatória e o que é oferecido de forma opcional. Por exemplo, na reforma do ensino médio, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo governo federal, não há previsão de que os estudantes possam fazer escolhas. Não há uma única linha em toda a lei da reforma que garanta aos estudantes secundaristas a escolha de itinerários formativos. O que a lei prevê é que as escolas e os sistemas estaduais de ensino poderão ter a opção de oferecer apenas



um dos itinerários formativos previstos no texto legislativo. Se as escolas não oferecerem mais que um dos itinerários formativos, não há essa opção de escolha por parte dos estudantes. Eles farão a parte que é comum na Base Nacional Comum Curricular e farão apenas o itinerário formativo que for oferecido naquela escola

Campus - Como o novo ensino médio poderá afetar o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)?

O novo ensino médio deverá afetar as futuras provas do Enem, pois se acontece alguma mudança naquilo que é previsto para ser ensinado nessa etapa da educação, a prova do Enem precisa acompanhar essa transformação. Se assim não ocorrer, podemos dizer que a reforma excluirá os estudantes das redes estaduais de ensino do acesso ao ensino superior.

Campus - O novo ensino médio pode reforçar ainda mais a desvalorização dos professores?

Pode. Se a reforma se justifica conforme argumento do governo e dos que votaram favoravelmente, no Congresso Nacional, pelo fato de o ensino médio garantir pouca qualidade na formação, uma das principais medidas para mudar esse quadro é qualificar os professores. Nesse contexto, deve haver valorização salarial e investimento em formação inicial e continuada. O governo organizou a reforma a toque

de caixa, sem diálogo com a sociedade e, neste momento, ninguém sabe o que será feito com docentes que não forem aproveitados numa ou noutra escola nos itinerários formativos. Ou mesmo se esses professores serão obrigados a lecionar áreas para as quais eles não têm formação.

Campus - Como o senhor se posiciona sobre a volta da matéria Educação Moral e Cívica, aprovada na Câmara Legislativa do DF?

Eu vejo a volta da disciplina como algo absolutamente desnecessário. Não é obrigando crianças e adolescentes a obterem informações sobre civismo que o padrão de comportamento social da população mudará. Podemos observar dirigentes de serviços públicos nos três poderes da República, que conhecem bem os símbolos e outros conceitos de civismo, mas que não têm comportamento adequado. Tratemos essas crianças e adolescentes com a dignidade adequada, fornecendo condições de alimentação, habitação, educação, saúde e transporte e veremos outro padrão de civilidade. O nível de desigualdade social e econômica é o nosso maior problema moral e cívico no Brasil e ele não será modificado com essa disciplina, pois quem precisaria ter outros valores é a elite dirigente e ela não vai frequentar essa escola.